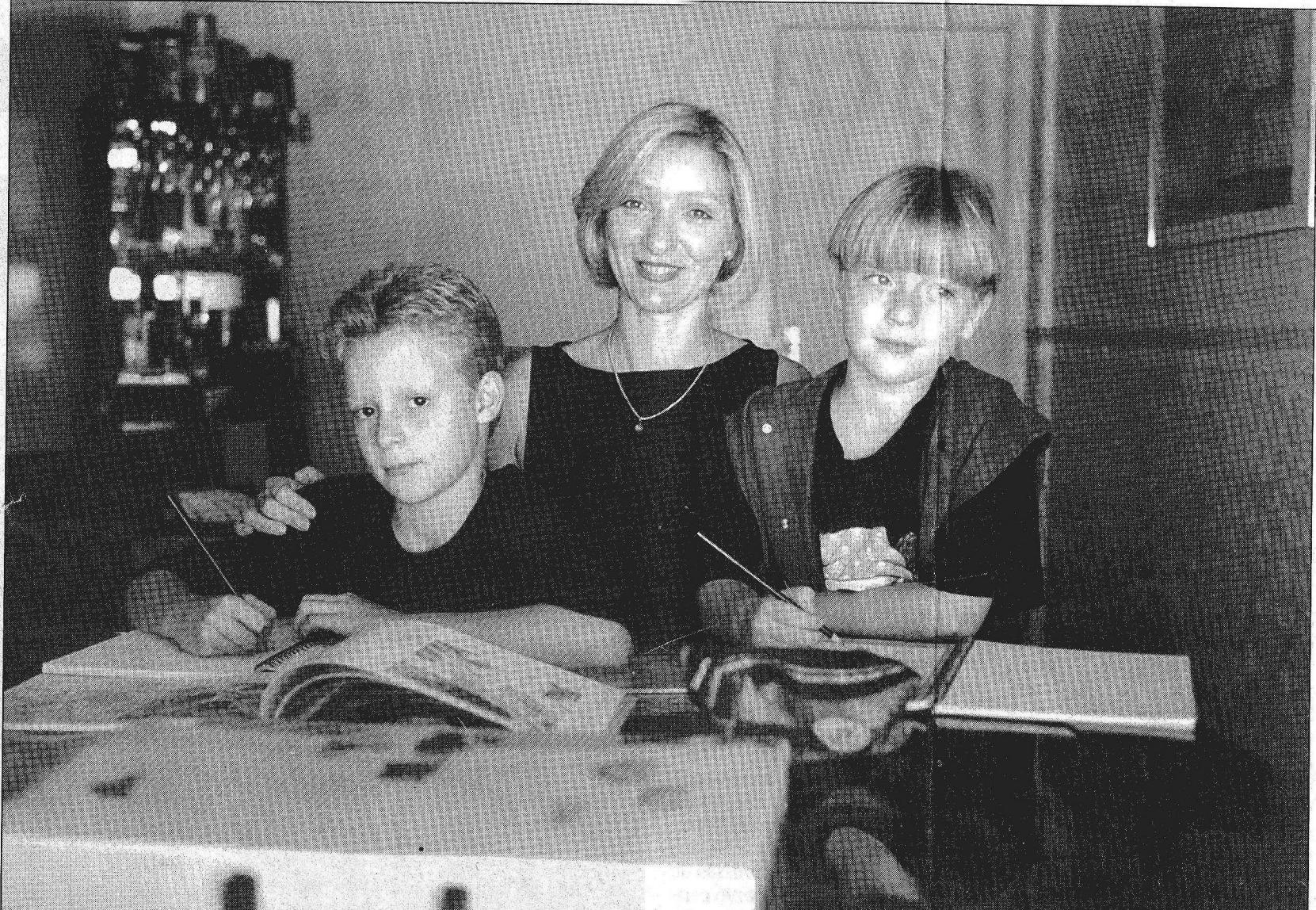


Wanderlei Pozzembom



Maria Letícia, entre os filhos Cássio e Flávio, acha que o país não está preparado para adotar um 1º grau com nove anos: "Ainda por cima ficará mais caro"

Vantagens e problemas de um 1º grau mais comprido

educação

Ao invés de oito anos de aulas, nove. Primeira experiência será testada em São Paulo, mesmo sem regulamentação

Lisandra Paraguassú
Da equipe do Correio

A maior parte dos brasileiros não consegue passar de cinco anos na escola, três a menos do que a escolaridade obrigatória. Em média, um estudante no país leva 11 anos para completar o que deveria fazer em oito. E a maior parte dos estados ainda não conseguiu resolver esses problemas. Mesmo com todas essas falhas, uma discussão paralela anda ocupando tempo de secretários de educação de estados e municípios do país: a ampliação do 1º grau no país para nove anos, ao invés dos oito atuais.

A possibilidade foi aberta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em dezembro de 1996. Assim como em várias outras áreas, a LDB permitiu que cada sistema estadual ou municipal defina a duração da sua escola de acordo com suas necessidades.

Segundo a lei, oito anos — o regime que existe hoje no Brasil — é o mínimo que deve durar uma escola de ensino fundamental. Da mesma forma, com 7 anos todas as crianças devem estar matriculadas na 1ª série. O que não impede que elas entrem na escola com seis anos.

"Com todos os problemas que nós temos para resolver na educação, não temos porque abrir essa discussão agora", diz Iara Prado, secretária de Ensino Fundamental do Ministério da Educação. Mas estados e, principalmente, municípios, já começam a pensar no assunto.

A primeira consulta foi feita ao Conselho Nacional de Educação (CNE) pela prefeitura de Porto Velho (RO) em janeiro do ano passado. Não exatamente sobre nove anos do Ensino Fundamental, mas sobre a possibilidade de matricular crianças de seis anos na 1ª série. "As duas coisas são relacionadas", afirma Paulo Renato. "Nós só podemos admitir crianças de seis anos se o 1º grau for de nove anos."

Mas não é essa a intenção das prefeituras. A maior parte está mesmo é de olho nos recursos do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef). O Fundo pega 15% dos recursos destinados à educação e redistribui para estados e municípios, garantindo R\$ 315 por aluno/ano.

"Simplesmente colocar crianças na 1ª série sem ter um plano pedagógico preparado não vai trazer ganho nenhum", adverte Iara Prado. Por isso, o MEC quer que

apenas estados que já tenham cumprido a meta de matricular 95% das crianças de 7 a 14 anos passem a aceitar as de seis. E, mesmo assim, vinculado com a expansão do 1º grau para nove anos.

RESTRIÇÕES

O ministro da educação quer que o CNE defina, com mais detalhes, como se dará a expansão do ensino fundamental. "Definir, por exemplo, de como seria feita a transferência de um aluno de um sistema de oito anos para um de nove", diz.

A transferência não é o único problema. Mudar todo o sistema não é fácil. Apesar de ser apenas mais um ano, toda a programação do ensino básico do país terá que ser mexida. Um ano a mais na escola significa mais professores, mais salas de aula, mais merenda escolar, material didático e, principalmente, mais recursos. A maior parte dos estados e municípios, segundo avaliação do ministério e do CNE, não está preparada para assegurar educação de qualidade com todas essas demandas.

A dona-de-casa Maria Letícia de Alencar Barreto, 35 anos, mãe de Cássio, 9 anos, 4ª série, e Flávio, seis, jardim III, também não vê com bons olhos a mudança. "O Brasil já tem tanto problema de evasão escolar, que mais um ano poderia piorar essa situação."

Além disso, ela argumenta que isso tornaria o ensino mais caro. No caso das escolas particulares, mais um ano de mensalidades. E mesmo

nas escolas públicas, em que os pais teriam que pagar por material escolar, uniforme e transporte. "Já é tão caro manter seu filho na escola. Pode parecer irrelevante, mas um ano a mais representa um gasto muito grande."

Apesar das restrições, o primeiro grau de nove anos não é considerada uma má idéia pelos educadores. O problema é quando começar a aplicá-lo. "Primeiro nós temos que resolver as deficiências mais urgentes, como a evasão e a repetência, mas mais tempo na escola é necessário", afirma Éfrem Maranhão, presidente do CNE e secretário de educação de Pernambuco.

DEFASAGEM

O Brasil está defasado em relação aos outros países. O tempo que os brasileiros ficam na escola é, em média, um ano menor do que os europeus ou americanos — 11 anos contra 12 nos Estados Unidos.

Isso sem contar as horas de aula. No Brasil são quatro horas diárias, quando na maioria dos países é, no mínimo, seis horas. Mais horas na escola seria um problema mais fácil de resolver do que mais um ano. Mesmo assim, poucos estados passaram a adotar turnos de cinco horas. A primeira experiência de nove anos, no entanto, deve começar mesmo sem a regulamentação. São Paulo estará matriculando crianças a partir desse ano.